

Próximo governo deve pedir moratória, sugere Bresser

O próximo governo precisará, inevitavelmente, declarar uma moratória parcial da dívida externa junto aos bancos comerciais estrangeiros, de forma a reduzir à metade — ou cerca de US\$ 31 bilhões — o total dos débitos com essas instituições. A sugestão foi feita pelo ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, em depoimento à Comissão de Economia da Câmara dos Deputados. Sua avaliação é de que “o atual governo já se foi” e de que o momento não é apropriado para atitudes de oposição, mas para a união de esforços entre empresários, trabalhadores e Poder Legislativo em apoio ao Governo, como contribuição para que o País supere os problemas que enfrenta sem maiores traumas.

Autor, ele mesmo, de uma das tentativas infrutíferas de ajuste da economia — o Plano Bresser —, o ex-ministro apontou uma série de falhas na condução do Plano Verão que, no seu entender, levaram o governo a “uma perda brutal de credibilidade”. Entre essas falhas relacionou a desindexação total da economia num primeiro momento, que ele classifica como um ato de



Carlos Menandro

Ex-ministro (C) acredita que eleições não correm perigo

“ortodoxia da direita equivocada”, além da não elaboração de uma lei para os reajustes salariais e da ausência de uma regra clara para a política de câmbio, conjugados com a prática de juros absurdamente altos, até o mês passado.

Ele acredita que apesar dos problemas estarem se acumulando na economia e do radicalismo presente nas greves dos trabalhadores, o País conseguirá chegar à eleição de novembro num clima de normalidade. E aproveitou para sugerir aos candidatos à Presidência da República que tomem, ur-

gentemente, a iniciativa de declarar, publicamente, o que pensam sobre o problema da dívida interna brasileira, e garantam que não pretendem dar um calote no setor financeiro.

O diagnóstico de Bresser, no que diz respeito aos problemas da economia, aponta a dívida externa como a causa principal dos desajustes. ele propõe que o próximo presidente da República, em seus primeiros 100 dias de gestão, além de declarar uma monetária parcial junto aos bancos credores, promova um rigoroso ajuste fiscal interno.